



ASSESSORIA JURÍDICA

PARECER JURÍDICO FINAL

Leis nº 8.666/93, 8.883/94 e 9.648/98

PARECER Número CPL-107/2014 - B

Processo Licitatório nº	107/2014
Processo de Dispensa de Licitação nº	039/2014
Data do Processo	28/11/2014

Conforme determina o Inciso VI do Artigo 38 da Lei nº 8.666/93, atendendo a solicitação da Comissão Permanente de Licitação, passamos a emitir parecer de natureza Jurídica sobre os procedimentos de Dispensa de Licitação acima.

Analisando a viabilidade da solicitação, que é de interesse público, e as informações constantes do Processo Nº 107/2014, concluímos que a Administração, para atender essa solicitação, deve lançar mão das prerrogativas que a legislação prevê, objetivando a consecução da LOCAÇÃO DE IMÓVEL, por meio do processo de Dispensa de Licitação (DL) nº 039/2014, pelo período de 12 meses (mês de 30 dias), prorrogável, na forma da Lei. O FAVORECIDO é o LOCADOR MÁDSON DE FÁVERI, Brasileiro, Solteiro, Mecânico e Eletricista, com CPF nº 966.499.419-72 e Identidade nº 3.376.020 - SSP-SC, e com Cartão PIS/PASEP nº 1.261.724.272-4, Data de Nascimento em 18/08/1975, com residência e domicílio na Rua Luiz Cirimbéli, nº 2128 - Próximo do Estádio Grêmio Turvense - CEP 88.930-000 - Bairro Vila Manenti - Telefone: (48) 3525-0428, em Turvo - SC.

O dispositivo constitui aplicação do princípio da razoabilidade, na medida em que exige uma relação entre os meios (Dispensa de Licitação) e os fins (Atendimento de Interesse Público).

À luz da Lei nº 8.666/93, conforme disciplina o seu Artigo 2º, para se promover aquisições ou contratações com terceiros pela Administração Pública, é necessária a abertura de procedimento licitatório, salvo se tais despesas se enquadrarem num dos casos ressalvados pela referida Lei.

Dispõe o Artigo 2º da Lei nº 8.666/93, sobre o seguinte:

"Art. 2º. As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei."

Assessor Jurídico Dr. Rogério Caetano de Brito -
Advogado OAB-MT 16.581



ASSESSORIA JURÍDICA

Os legisladores brasileiros, quando da substituição do Decreto-Lei nº 2.300/86, preocuparam-se em incluir ou manter no bojo da Lei nº 8.666/93, dispositivos que possibilitem ao Administrador Público tomar decisões rápidas sobre determinados assuntos que possam comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços ou equipamentos, ou ocasionar prejuízos ao erário municipal.

Buscando o amparo na legislação que rege a matéria, encontramos no Artigo 24, *caput*, da Lei nº 8.666/93, dispositivo em que o Administrador Público poderá declarar a Dispensa de Licitação, como veremos:

"Art. 24. É dispensável a licitação:

*X - para a compra ou **locação** de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia";*

O preço está dentro do praticado no mercado local, de acordo com informação do órgão requerente, e o imóvel escolhido atende, de forma satisfatória, às exigências para RECOLHIMENTO E CUSTÓDIA DE ANIMAIS APREENDIDOS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS.

Diante de todo o exposto anteriormente, somos de parecer favorável à declaração de Dispensa de Licitação, nos termos da legislação vigente, observando o interesse público.

É o parecer. São Félix do Araguaia - MT, em 08 de dezembro de 2014.

ASSESSORIA JURÍDICA

Assessor Jurídico Dr. Rogério Caetano de Brito - Advogado OAB-MT 16.581